

ÍNDICE

NOTA PRÉVIA	7
CAPÍTULO I. DIREITO TRIBUTÁRIO	9
1. A atividade financeira pública	9
2. A regulação jurídica da atividade financeira pública	10
3. Os tributos: distinção conceitual e classificação	11
3.1. Os impostos	11
3.1.1. Conceito	11
3.1.2. Classificação dos impostos	13
3.1.2.1. Impostos sobre o rendimento, sobre o consumo e sobre o património	13
3.1.2.2. Impostos diretos e impostos indiretos	15
3.1.2.3. Impostos reais e impostos pessoais	15
3.1.2.4. Impostos periódicos e impostos de obrigação única	16
3.1.2.5. Impostos de quota fixa e impostos de quota variável	16
3.1.2.6. Impostos estaduais e impostos não estaduais	16
3.1.2.7. Impostos proporcionais, progressivos e regressivos	16
3.1.2.8. Impostos comutativos, distributivos, restitutivos e punitivos	19
3.2. As taxas	19
3.3. As contribuições financeiras	22
4. Relações do direito tributário com outros ramos do direito	30
4.1. Introdução	30
4.2. Direito constitucional	31
4.3. Direito internacional	31
4.4. Direito da União Europeia	33
4.5. Direito administrativo	34

4.6. Direito civil	34
4.7. Direito penal	35
4.8. Direito das sociedades comerciais	36
4.9. Direito laboral	36
5. Relações do direito tributário com outras disciplinas	37
5.1. Filosofia moral e teoria política	37
5.2. Economia	39
5.2.1. Aspetos gerais	39
5.2.2. Microeconomia	39
5.2.3. Macroeconomia e política fiscal	42
5.3. Contabilidade	43
 CAPÍTULO II. DIREITO CONSTITUCIONAL TRIBUTÁRIO	 45
1. Fundamentos constitucionais da tributação	45
1.2. Os custos do contrato social	46
1.3. Objetivos da tributação	47
1.4. Princípio republicano liberal	48
1.5. Princípio do Estado social	49
2. Limites à tributação	51
3. Direito constitucional e finanças públicas	52
4. Princípios constitucionais, análise económica e teoria da tributação ótima	54
5. O sistema tributário na Constituição da República Portuguesa de 1976	59
6. Princípios constitucionais de direito tributário	61
6.1. Introdução	61
6.2. Princípio da universalidade	61
6.3. Princípio da igualdade tributária	62
6.4. Princípio da necessidade tributária	66
6.5. Princípio do respeito pelos direitos fundamentais	68
6.6. Princípio da legalidade tributária	70
6.6.1. Sentido geral	70
6.6.2. Reserva de lei	71
6.6.3. Prevalência de lei	77
6.6.4. Precedência de lei	78
6.6.5. Proibição de referendo fiscal	79
6.6.6. Princípio da liberdade de escolha lícita da via menos tributada	79
6.6.7. A proibição do abuso de formas jurídicas pelos poderes públicos	80

6.7. Princípio da segurança jurídica e da proteção da confiança	82
6.7.1. Sentido geral	82
6.7.2. Publicidade	83
6.7.3. Precisão, clareza e determinabilidade	84
6.7.4. Proibição da retroatividade	87
6.7.5. Confiança e transição jurídica	92
6.8. Princípio da proporcionalidade	94
6.8.1. Sentido geral e dimensões concretizadoras	94
6.8.2. A proibição da tributação excessiva	96
6.9. Princípio da tutela jurisdicional efetiva	97
6.10. O princípio anticorrupção	99
6.10.1. Princípio constitucional fiscal multinível	100
6.10.2. Conceito de corrupção	101
6.10.3. Autonomia dogmática	102
6.10.4. Funções do princípio anticorrupção	103
6.10.5. Subprincípios e relevância no direito fiscal	104
6.11. Princípio da justiça distributiva	106
6.11.1. A justiça distributiva no sistema tributário português	106
6.11.2. Teorias da justiça e fiscalidade	107
6.11.3. Justiça distributiva, princípio do Estado social e fiscalidade	109
6.11.4. Os critérios da capacidade contributiva e do benefício	113
7. Tributação e direito de propriedade	115
 CAPÍTULO III. DIREITO FISCAL DA UNIÃO EUROPEIA	117
1. Considerações gerais	117
2. Repartição de competências em matéria fiscal	119
3. Mercado interno e Direito fiscal europeu	125
3.1. Considerações gerais	125
3.2. Liberdades fundamentais e direito fiscal	125
3.2.1. Liberdade de circulação de mercadorias	127
3.2.2. Liberdade de circulação de trabalhadores	129
3.2.3. Liberdade de estabelecimento	133
3.2.4. Liberdade de prestação de serviços	135
3.2.5. Liberdade de circulação de capitais	136
3.3. A relevância do princípio da proporcionalidade na fiscalidade da União Europeia	141
3.3.1. Considerações gerais	141
3.3.2. O princípio da proporcionalidade no domínio da fiscalidade indireta	142

3.3.3. O princípio da proporcionalidade no domínio da tributação direta	146
3.4. Direito da concorrência e auxílios de Estado	153
4. Luta contra a evasão e a elisão fiscais	155
 CAPÍTULO IV. DIREITO INTERNACIONAL TRIBUTÁRIO	163
1. Introdução	163
2. Objeto do Direito internacional tributário	165
3. História do Direito internacional tributário	167
4. O trabalho da OCDE no domínio da fiscalidade internacional	170
4.1. Considerações gerais	170
4.2. O projeto BEPS	171
5. Critérios de jurisdição tributária	173
5.1. Critério da residência	173
5.2. Critério da fonte	176
6. Sentido e limites da pretensão tributária	178
6.1. Enquadramento	178
6.2. O direito internacional tributário como direito de coordenação	179
6.3. O direito internacional tributário como direito de redistribuição	180
7. Fontes de direito internacional tributário	182
7.1. Enquadramento	182
7.2. Os tratados internacionais	182
7.3. O costume internacional	184
7.4. Princípios gerais de direito internacional tributário	186
7.5. Jurisprudência e doutrina	186
8. A dupla tributação internacional	187
8.1. Enquadramento	187
8.2. Conceito	188
8.3. Principais métodos para evitar a dupla tributação internacional	188
8.3.1. Método de isenção	188
8.3.2. Método de imputação	190
8.3.3. Outros métodos	191
8.4. A Convenção Modelo da OCDE	192
8.5. A Convenção Modelo das Nações Unidas	194
8.6. A Convenção Modelo dos Estados Unidos da América	194
9. Interpretação dos tratados internacionais	195
10. Concorrência fiscal internacional	197
11. Preços de transferência	199
11.1. Considerações gerais	199
11.2. Transferências no seio de grupos de empresas	200

11.3. Relevância do problema	202
11.4. Tratamento jurídico do problema	203
11.5. Grupos de sociedades de preços controlados	204
11.6. Determinação do preço do mercado	204
11.6.1. Dificuldades de aplicação	205
11.6.2. Critérios de determinação do preço de mercado	206
11.6.2.1. Função	207
11.6.2.2. Termos contratuais	207
11.6.2.3. Risco	208
11.6.2.4. Condições económicas	208
11.6.2.5. Propriedade e serviços	208
11.6.3. Métodos de determinação do preço de mercado	209
11.6.3.1. Preço comparável de mercado	209
11.6.3.2. Preço de revenda minorado	212
11.6.3.3. Custo majorado	214
11.6.3.4. Margens líquidas de transação	216
11.6.3.5. Divisão de lucros	217
11.6.3.6. Acordos de partilha de custos	217
11.6.4. Princípios a observar pela administração fiscal	218
11.6.5. Litígios sobre preços de transferência	219
11.6.5.1. Procedimento de acordo amigável	219
11.6.5.2. Arbitragem vinculativa	220
11.6.5.3. Acordos antecipados de preços	220
11.6.6. Alternativas aos preços de transferência	221
 CAPÍTULO V. INTERPRETAÇÃO DAS NORMAS TRIBUTÁRIAS	 225
1. Introdução	225
2. A aplicação das regras e princípios gerais de interpretação à lei fiscal	227
3. O critério da substância económica	230
4. Integração de lacunas e analogia	232
5. A interpretação da lei fiscal pela Administração Tributária	233
6. A interpretação em conformidade com a Constituição, com o Direito da União Europeia e com o Direito internacional	234
6.1. A interpretação em conformidade com a Constituição	234
6.2. A interpretação em conformidade com o direito da União Europeia	235
6.3. Interpretação em conformidade com o direito internacional	235
 CAPÍTULO VI. RELAÇÃO JURÍDICA TRIBUTÁRIA	 237
1. Definição	237

2. Sujeitos da relação jurídica tributária	238
2.1. Sujeitos ativos	238
2.2. Sujeitos passivos	238
2.2.1. Considerações gerais	238
2.2.2. Substituição tributária	241
2.2.3. Responsabilidade tributária	242
2.2.4. Transmissão dos créditos e obrigações tributárias	244
3. Objeto da relação jurídica tributária	245
4. Constituição da relação jurídica tributária: o facto tributário	246
5. Permanência e alteração da relação jurídica tributária	247
5.1. Considerações gerais	247
5.2. Princípio da inalterabilidade	247
5.3. Princípio da qualificação legal	247
5.4. Condicionamento e contratualização	248
6. Extinção da relação jurídica tributária	249
6.1. Pagamento	249
6.2. Caducidade do direito de liquidação	250
6.3. Prescrição da prestação tributária	252
7. Garantia da relação jurídica tributária	253
7.1. Considerações gerais	253
7.2. Garantia dos créditos tributários	253
7.2.1. Património do devedor	253
7.2.2. Privilégios creditórios	253
7.2.3. Penhor ou hipoteca legal	255
7.2.4. Direito de retenção de mercadorias	256
7.2.5. Outras garantias	256
7.3. Providências cautelares	256
7.4. Garantia da cobrança da prestação tributária	257
 CAPÍTULO VII. IMPOSTOS EM ESPECIAL	 259
1. Impostos sobre o rendimento	259
1.1. Enquadramento	259
1.1.1. Considerações gerais	259
1.1.2. O conceito de rendimento tributável	260
1.1.2.1. Rendimento-produto e rendimento-acrécimo	260
1.1.2.2. Capacidade contributiva	261
1.1.2.3. Rendimento real	263
1.1.2.4. Rendimento líquido	265
1.1.3. Progressividade vs. proporcionalidade fiscal	265
1.2. O Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS)	266

1.2.1.	Base subjetiva do imposto	266
1.2.1.1.	Introdução	266
1.2.1.2.	Delimitação da incidência pessoal	267
1.2.1.2.1.	Princípios da residência e da fonte	267
1.2.1.2.2.	Pessoas singulares, agregados familiares e equiparados	270
1.2.1.2.3.	A imputação especial	272
1.2.1.2.4.	A substituição tributária no contexto do IRS	272
1.2.2.	Incidência real do imposto	273
1.2.2.1.	Introdução	273
1.2.2.2.	Esquema simplificado de determinação do IRS	275
1.2.2.3.	A determinação do rendimento bruto e do rendimento líquido	275
1.2.2.3.1.	Rendimentos da Categoria A	275
1.2.2.3.2.	Rendimentos da Categoria B	282
1.2.2.3.3.	Rendimentos da Categoria E	288
1.2.2.3.4.	Rendimentos da Categoria F	290
1.2.2.3.5.	Rendimentos da Categoria G	292
1.2.2.3.6.	Rendimentos da Categoria H	298
1.2.3.	Dedução de perdas	300
1.2.4.	Abatimentos	301
1.2.5.	Englobamento	302
1.2.6.	O procedimento de determinação do rendimento coletável	303
1.2.7.	Aplicação das taxas	304
1.2.7.1.	Taxas gerais	304
1.2.7.2.	Taxas liberatórias	306
1.2.7.3.	Taxas especiais	307
1.2.7.4.	Tributação autónoma de despesas	307
1.2.8.	Quociente familiar	308
1.2.9.	Mínimo de existência	309
1.2.10.	Deduções à coleta	309
1.2.11.	Pagamento	311
1.2.11.1.	Pagamento voluntário	311
1.2.11.2.	Retenção na fonte	311
1.2.11.3.	Pagamentos por conta	313
1.2.12.	Obrigações acessórias	314
1.3.	Imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas	315
1.3.1.	Considerações gerais	315
1.3.2.	Princípios fundamentais	316

1.3.3. A incidência subjetiva e objetiva do imposto	318
1.3.3.1. Introdução	318
1.3.3.2. Incidência subjetiva	318
1.3.3.2.1. Aspectos gerais	318
1.3.3.2.2. Princípio da residência	319
1.3.3.2.3. Princípio da fonte	321
1.3.3.2.4. Estabelecimento estável	323
1.3.3.2.5. Transparência fiscal	326
1.3.3.3. Incidência objetiva	327
1.3.3.4. Período de tributação	328
1.3.3.5. Isenções	329
1.3.3.5.1. Justificação e alcance das isenções	329
1.3.3.5.2. Entidades isentas	330
1.3.3.6. Determinação da matéria coletável	331
1.3.3.6.1. Introdução	331
1.3.3.6.2. Pessoas coletivas e outras entidades residentes que exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	332
1.3.3.6.3. Pessoas coletivas e outras entidades residentes que não exerçam, a título principal, atividade comercial, industrial ou agrícola	342
1.3.3.6.4. Estabelecimentos estáveis de entidades residentes	343
1.3.3.6.5. Entidades não residentes	344
1.3.3.6.6. Possibilidade de recurso a métodos indiretos	345
1.3.3.6.7. Correções para efeitos de determinação da matéria coletável	347
1.3.3.6.8. Regime especial de tributação dos grupos de sociedades	359
1.3.3.6.9. Transformação de sociedades	363
1.3.3.6.10. Regime especial aplicável às fusões, cisões, entradas de ativos e permutas de partes sociais	363
1.3.3.6.11. Liquidação de sociedades e outras entidades	367
1.3.3.6.12. Transferência de residência para o estrangeiro e cessação de atividade de entidades não residentes	368

1.3.3.6.13. Realização de capital por entrada de património	369
1.3.3.6.14. Regime simplificado de determinação da matéria coletável	369
1.3.3.7. Taxas	371
1.3.3.7.1. Taxas gerais	371
1.3.3.7.2. Taxas de tributação autónoma	371
1.3.3.8. Liquidação	373
1.3.3.8.1. Competência e procedimentos	373
1.3.3.8.2. Liquidação adicional	374
1.3.3.9. Pagamento	374
1.3.3.9.1. Regras gerais	374
1.3.3.9.2. Retenção na fonte	375
1.3.3.10. Obrigações acessórias	377
1.4. As derramas	378
1.4.1. A derrama municipal	378
1.4.1.1. Evolução histórica e natureza jurídica da derrama municipal	378
1.4.1.2. Lançamento, definição da taxa e determinação da matéria coletável	381
1.4.2. A derrama estadual	383
2. Impostos sobre o consumo	386
2.1. Introdução	386
2.2. Origem do imposto sobre o valor acrescentado (<i>value added tax</i>)	388
2.3. Tributação do consumo em Portugal	388
2.4. O Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	389
2.4.1. Considerações gerais	389
2.4.2. O IVA e a construção europeia	392
2.4.3. O campo de aplicação do IVA	394
2.4.3.1. Incidência	394
2.4.3.1.1. Introdução	394
2.4.3.1.2. Incidência objetiva	394
2.4.3.1.3. Incidência subjetiva	396
2.4.3.1.4. Localização das operações	397
2.4.3.1.5. Facto gerador e exigibilidade do imposto	399
2.4.3.2. Isenções	399
2.4.3.2.1. Isenções dirigidas aos sujeitos passivos	399
2.4.3.2.2. Isenções dirigidas aos consumidores finais	400
2.4.3.3. Valor tributável	401

2.4.3.3.1. Nas transações internas	401
2.4.3.3.2. Nas importações	402
2.4.3.4. Taxas	403
2.4.3.5. Liquidação	404
2.4.3.5.1. Direito à dedução	404
2.4.3.5.2. Momento e modalidades do exercício do direito à dedução	406
2.4.3.5.3. Métodos de dedução relativa a bens de utilização mista	407
2.4.3.6. Pagamento	407
2.4.3.7. Obrigações em geral	408
2.4.3.8. Regimes especiais	409
2.5. O Regime do IVA nas Transações Intracomunitárias (RITI)	409
2.5.1. Incidência	409
2.5.1.1. Incidência objetiva	409
2.5.1.2. Incidência subjetiva	411
2.5.1.3. Localização das aquisições intracomunitárias de bens	411
2.5.1.4. Facto gerador e exigibilidade do imposto	412
2.5.2. Isenções	412
2.5.3. Valor tributável	412
2.5.4. Taxas	412
2.5.5. Liquidação e pagamento	412
2.5.6. Obrigações gerais	413
2.6. Impostos especiais de consumo: breve nota	413
3. Impostos sobre o património	414
3.1. Considerações gerais	414
3.2. O Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI)	416
3.2.1. Introdução	416
3.2.2. Incidência	420
3.2.3. Isenções	422
3.2.4. Avaliação e valor patrimonial tributário	426
3.2.4.1. Considerações gerais	426
3.2.4.2. Avaliação dos prédios rústicos	427
3.2.4.3. Avaliação dos prédios urbanos	429
3.2.4.4. Contestação administrativa da avaliação	433
3.2.4.4.1. De prédios rústicos	433
3.2.4.4.1.1. Reclamação	433
3.2.4.4.1.2. Segunda avaliação	434
3.2.4.4.1.3. Segunda avaliação direta	434

3.2.4.4.2. De prédios urbanos	435
3.2.4.5. Impugnação da avaliação	436
3.2.5. Taxas	436
3.2.6. Liquidação e pagamento	437
3.2.6.1. Competência, prazo e caducidade	437
3.2.6.2. Revisão oficiosa da liquidação	438
3.2.6.3. Pagamento	438
3.3. O Adicional ao Imposto Municipal sobre Imóveis	439
3.3.1. Introdução	439
3.3.2. Incidência subjetiva	439
3.3.3. Incidência objetiva	440
3.3.4. Valor tributável	441
3.3.5. Taxa	443
3.3.6. Liquidação e pagamento	443
3.3.7. Consignação da receita	444
3.4. O Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT)	444
3.4.1. Introdução	444
3.4.2. Incidência	445
3.4.2.1. Considerações gerais	445
3.4.2.2. Incidência objetiva e territorial	445
3.4.2.3. Incidência subjetiva	447
3.4.3. Isenções	448
3.4.3.1. Considerações gerais	448
3.4.3.2. Isenções subjetivas	448
3.4.3.2.1. De entidades públicas	448
3.4.3.2.2. De entidades privadas	449
3.4.3.3. Isenções objetivas	449
3.4.3.4. Regime das isenções	450
3.4.3.4.1. Reconhecimento	450
3.4.3.4.2. Caducidade	451
3.4.4. Valor tributável	451
3.4.5. Taxas	454
3.4.6. Liquidação	455
3.4.6.1. Liquidação <i>moto proprio</i> e oficiosa	455
3.4.6.2. Momento da liquidação	456
3.4.6.3. Especificidades da liquidação	456
3.4.6.4. Correção da liquidação	457
3.4.7. Pagamento	457
3.4.8. Garantias dos contribuintes	458

4. O Imposto do Selo	459
4.1. Considerações gerais	459
4.2. Incidência objetiva	459
4.3. Incidência subjetiva	462
4.4. Isenções	462
4.5. Valor tributável	463
4.6. Taxas	463
4.7. Liquidação	463
4.8. Pagamento	464
 CAPÍTULO VIII. A MINIMIZAÇÃO DOS ENCARGOS FISCAIS	467
1. Considerações gerais	467
2. Evasão fiscal, elisão fiscal e planeamento fiscal	468
3. A elisão fiscal	470
3.1. O conceito de elisão fiscal na doutrina nacional	470
3.2. Causas da elisão fiscal	471
3.2.1. O comportamento racional dos indivíduos	471
3.2.2. A complexidade do sistema fiscal	472
3.2.3. O carácter tipológico do direito fiscal	474
3.3. Consequências da elisão fiscal	474
3.4. O combate à elisão fiscal	475
3.4.1. Considerações gerais	475
3.4.2. As normas antiabuso específicas	477
3.4.3. A cláusula geral antiabuso	478
3.4.3.1. Regime jurídico	478
3.4.3.2. Algumas posições doutrinárias	484
3.4.4. Obrigação de comunicação de mecanismos com relevância fiscal	487
4. Os benefícios fiscais	490
4.1. Caracterização e natureza jurídica	490
4.2. Regime jurídico	491
4.2.1. Princípios gerais	491
4.2.2. Limitação temporal dos benefícios fiscais	492
4.2.3. Benefícios fiscais automáticos e dependentes de reconhecimento	492
4.2.4. O procedimento de reconhecimento	494
4.2.5. Constituição, transmissão e extinção dos benefícios fiscais	494

CAPÍTULO IX. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA E PROCEDIMENTO TRIBUTÁRIO	497
1. Organização da administração tributária	497
1.2. A Autoridade Tributária e Aduaneira	498
1.2.1. Natureza e missão	498
1.2.2. Atribuições	498
1.2.3. Organização	499
2. O procedimento administrativo tributário	501
2.1. Introdução	501
2.2. Âmbito do procedimento tributário	502
2.3. Competência para o procedimento tributário	502
2.4. Princípios do procedimento administrativo tributário	503
2.4.1. Princípio da prossecução do interesse público	503
2.4.2. Princípio da decisão	503
2.4.3. Princípio da legitimidade procedimental ampla	505
2.4.4. Princípio da igualdade	505
2.4.5. Princípio da proporcionalidade	507
2.4.6. Princípios da justiça, da razoabilidade e da imparcialidade	507
2.4.7. Princípio da celeridade e da economia processual	508
2.4.8. Princípio do respeito pelas garantias dos contribuintes	508
2.4.9. Repartição do ónus da prova	509
2.4.10. Princípio do inquisitório	510
2.4.11. Princípio da participação e do contraditório	511
2.4.12. Princípio da boa-fé e da colaboração	512
2.4.13. Princípio do sigilo e da confidencialidade	514
2.4.14. Princípio da estabilidade da instância	514
2.4.15. Princípio do duplo grau de decisão	514
2.5. Dos procedimentos tributários em especial	515
2.5.1. Orientações genéricas, informações vinculativas e avaliação prévia	515
2.5.1.1. Orientações genéricas	515
2.5.1.2. Informações vinculativas	515
2.5.1.3. Avaliação prévia	517
2.5.2. Avaliação direta	518
2.5.3. Avaliação indireta	518
2.5.4. O procedimento de liquidação	521
2.5.5. O procedimento de aplicação de normas antiabuso (Remissão)	522
2.5.6. O procedimento de ilisão de presunções	522

2.5.7. O procedimento de reconhecimento de benefícios fiscais (Remissão)	523
2.5.8. O procedimento de cobrança	523
2.5.9. O procedimento de correção de erros da administração tributária	523
2.5.10. O procedimento de inspeção tributária	524
2.5.11. O procedimento de acesso a informações bancárias	529
2.6. Garantias do procedimento tributário	532
2.6.1. Revisão da matéria coletável	532
2.6.2. Revisão de atos tributários	533
2.6.3. Reclamação graciosa	534
2.6.4. Recurso hierárquico	536

CAPÍTULO X. JURISDIÇÃO TRIBUTÁRIA

E PROCESSO TRIBUTÁRIO	539
1. Introdução	539
2. Organização da jurisdição tributária	539
2.1. Enquadramento	539
2.2. Supremo Tribunal Administrativo	540
2.2.1. Organização e competência	540
2.2.2. Das competências, em especial	541
2.2.2.1. Competência de apelação	541
2.2.2.2. Competência de revista	542
2.2.2.3. Competência de primeira instância	542
2.2.2.4. Competência cautelar	542
2.2.2.5. Competência executiva	542
2.2.2.6. Resolução de conflitos de competência	542
2.2.2.7. Uniformização de jurisprudência	542
2.3. Tribunais Centrais Administrativos	543
2.3.1. Organização e competência	543
2.3.2. Das competências, em especial	543
2.3.2.1. Competência de apelação	543
2.3.2.2. Competência de primeira instância	543
2.3.2.3. Competência cautelar	544
2.3.2.4. Competência executiva	544
2.4. Tribunais tributários	544
2.4.1. Organização e competência	544
2.4.2. Das competências, em especial	545
2.4.2.1. Ações de impugnação	545

2.4.2.2. Ações de reconhecimento de direitos ou interesses	545
2.4.2.3. Providências cautelares	545
2.4.2.4. Processo executivo	546
2.4.2.5. Intimações	546
2.4.2.6. Outras competências	546
2.5. Fazenda Pública	546
3. Princípios do processo tributário	547
3.1. Princípio da tutela jurisdicional efetiva	547
3.2. Princípio do pedido	547
3.3. Princípio do contraditório	548
3.4. Princípio do inquisitório	548
3.5. Princípio da economia processual	552
3.6. Princípio pro actione	553
3.7. Princípio da celeridade processual	553
4. Meios processuais	553
4.1. Elenco dos meios processuais	553
4.2. A impugnação judicial	554
4.2.1. Aspectos gerais	554
4.2.2. Petição inicial	555
4.2.3. Contestação	556
4.2.4. Instrução	557
4.2.5. Sentença	558
4.2.6. Recursos	559
4.2.7. Incidentes	560
4.3. A ação administrativa	560
5. A arbitragem tributária	561
5.1. Considerações gerais	561
5.2. Competência dos tribunais arbitrais	561
5.3. Composição dos tribunais arbitrais	562
5.4. Vinculatividade das decisões arbitrais	564
5.5. Procedimento arbitral	565
5.6. Processo arbitral	567
6. O processo de execução fiscal	569
6.1. Considerações gerais	569
6.2. Âmbito	570
6.3. Competência	571
6.4. Legitimidade processual	571
6.5. Títulos executivos	572
6.6. Nulidades processuais	572

6.7. Oposição à execução	572
6.8. Incidentes	573
6.9. Suspensão e extinção do processo	574
6.10. Tramitação processual	575